



Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, em primeira chamada às quatorze horas e vinte minutos, iniciou-se na sala de reunião da Secretaria Municipal de Saúde de Maricá, de forma presencial a reunião do CMS-Maricá com os seguintes conselheiros Titulares: Anna Maria de Carvalho Quintanilha, Sandro dos Santos Ronchetti, Denise Marchon Tinoco e Rose Mary de Melo Bruce. Com pauta única: Apresentação do RDQA do 3º quadrimestre de 2024. A Sra. Mônica começa a reunião dizendo que esta reunião é para fazer a apresentação do relatório quadrimestral de prestação de contas da Secretaria de Saúde referente ao terceiro quadrimestre de 2024, esse período é o período de setembro à dezembro, mas os dados que apresentamos eles são sempre acumulativos, porque o sistema que usamos de Base é o DIGISUS, ele não faz é o período só de setembro a dezembro. Aqui temos as informações de janeiro a dezembro ele sempre é acumulativo tanto no financeiro, quanto no físico. Mostra o artigo 36 da Lei 141, que determina a realização e a apresentação em audiência pública desses relatórios quadrimestrais para prestação de conta física e financeira e no artigo 36 ele fala o que temos que ter minimamente que seria: montante e fonte dos recursos aplicados no período, auditorias realizadas ou em fase de execução, que foram recomendações ou determinações e consequentemente as ações adotadas pela Secretaria para poder cumprir as recomendações e determinações. A Conselheira Denise pergunta a Mônica se aquela auditoria que foi feita na GNOSIS ainda não tem resposta? A Sra. Mônica responde que não teve resposta ainda. A Conselheira Denise não mandou resposta até hoje, já fazem três anos. A Sra. Mônica continua a apresentação do artigo 36: oferta é a produção do serviço na rede de execução assistencial própria, contratada e conveniada e os dados de saúde da população, que são indicadores que usamos da pactuação que é feita todo ano. Diz que existem dados que só consegue fazer a análise quadrimestral e outros que só consegue fazer análise anual, então usamos os de base possível de Pactuação quadrimestral. Apresenta a parte da Identificação do Município, já temos população de 2024 que é de 211.986 habitantes que é a projeção feita pelo IBGE todo ano para fins de efeito financeiro do Fundo de participação das Informações Territoriais. UF: RJ, Município: MARICÁ, Área: 362,48 Km², População: 211.986 hab. (IBGE Cidades 2024), Densidade Populacional: 545,61 Hab./Km², Região de Saúde: Metropolitana II. Secretaria de Saúde: Nome do Órgão: Secretaria Municipal de Saúde de Maricá, Número CNES: 6886973, CNPJ: 04.311.955/0001-10, e-mail: saudemaricapmm@gmail.com Endereço: Rua Clímaco Pereira, 367/4º andar - Eldorado – Maricá, CEP 24900-445. Informações da Gestão: Prefeito: Fabiano Taques Horta, Secretária de Saúde em Exercício no período: Juliana Nogueira dos Santos, e-mail secretária: saudemaricapmm@gmail.com. Fundo de Saúde: Lei de criação do Fundo Municipal de Saúde: Lei nº 925/91, Data da Criação do Fundo Municipal de Saúde: 03/1991, Gestora do Fundo Municipal de Saúde: Juliana Nogueira dos Santos. Plano de Saúde: Período do Plano de Saúde: 2022/2025, Status do Plano: Aprovado e revisado e deve acontecer a revisão agora com a inclusão das metas do CEREST para 2025. A Conselheira Rose Mary diz que comparou as informações vindas da administração com a anterior e todos os municípios reduziram a área de quilômetros quadrados. Pergunta que alteração foi essa? A Mônica responde que isso é dado oficial do IBGE. O Conselheiro Sandro diz que a maior briga é a população, sabemos que possivelmente seja bem mais do que o IBGE indicou. A Conselheira Denise diz que Maricá tem mais 400 mil habitantes. A Mônica apresenta os dados sobre o Conselho: Instrumento Legal de Criação: Lei 1082/92, Endereço: Av. Roberto Silveira, 46/3º andar- Centro- Maricá - CEP 24900-445, e-mail: cms.marica@hotmail.com, Nome do Presidente: Bruno de Souza Lougon e Composição: 8 Usuários, 4 Profissionais de Saúde, 1 Prestador, 3 Governo. período de referência, 3º quadrimestre 2024 de setembro a dezembro, as internações hospitalares nos dois hospitais realizadas no município foram: 14.320 internações, diz que essa parte de gravidez, parto e puerpério 1.715 internações sempre vai aparecer como o maior número de internações, só que epidemiologicamente não consideramos, que não necessariamente as internações estão ligadas à alguma gravidade de algum acometimento de doença, os partos entram. Explica que os dados são por grupo de CID 10, então ele diz tudo o que é doença infecciosa tudo num pacote e todas as internações ligadas a gravidez, parto e puerpério, cita exemplo de procedimentos relacionados a internação, não utilizamos esses dados



46 como um dado de adoecimento da população que não necessariamente reflete isso. A Conselheira Rose Mary
47 diz que o que chamou sua atenção para esse aumento foram as reclamações, principalmente na parte de neoplasia,
48 doenças do olho, de endócrino e os números terem diminuído. A Conselheira Denise pergunta onde pesquisamos
49 para ver se esses dados são fiéis. A Mônica explica como faz e todas as outras doenças e o Conselheiro Sandro
50 complementa a fala da Mônica. A Secretária Geral diz que temos um problema sério, que são as pessoas em
51 situação de rua, isso aumenta o número de doenças como: sífilis, tuberculose e outras doenças contagiosas. A
52 Mônica diz que na realidade, temos um consultório na rua, mas é uma equipe só pela população e pelo critério
53 do Ministério, que a Juliana estava vendo se conseguia viabilizar uma segunda equipe, porque o número das
54 pessoas em situação de rua aumentou então aí a gente fazendo a gente vai ter para tentar. Nesse caso o Ministério
55 não autoriza outra equipe e é importante, se talvez fazendo uma justificativa para tentar ver se o Ministério da
56 Saúde autoriza outra equipe. O Conselheiro Sandro diz que seria bom se a Secretaria de Assistência Social
57 fizesse um senso para saber qual a quantidade de pessoas em situação de rua para enviar o relatório junto com a
58 documentação para o Ministério da Saúde. A Mônica mostra a planilha e diz que todos esses dados, são todas as
59 ações de saúde realizadas na rede de Atenção básica, que são as: Visitas Domiciliares visita domiciliar de
60 Agente de Saúde, Médico, Enfermeiro, Técnico de enfermagem e de todos os profissionais ligados à equipe.
61 Atendimentos Individuais: seriam as consultas e os atendimentos das equipes multi: Psicólogo, Nutricionista e
62 Fisioterapeuta. Procedimentos: seriam os curativos, vacinas, aplicação de injeção, verificação de pressão. A
63 Conselheira Denise pergunta esses se procedimentos contam o mesmo sendo atendido três ou quatro vezes, mas
64 mesmo assim 897, já demonstra que esse quantitativo do IBGE não condiz com a realidade. A Conselheira Rose
65 Mary pergunta se esses atendimentos domiciliares incluem as visitas dos ACS, porque umas das maiores
66 reclamações da Ouvidoria é exatamente a falta de visitas dos ACSs, pelo menos se todos os moradores dentro
67 de casa teriam sido visitados. O Conselheiro Sandro diz que o ACS deveria passar pelo menos uma vez por mês,
68 cada ACS atendesse pelo menos 700 pessoas que na verdade é até pouco, e Atendimentos Odontológicos? A
69 Mônica diz que esse atendimento odontológico, em dezembro tínhamos 30 equipes de saúde bucal, só que
70 cadastradas no Ministério, tínhamos menos, com isso, só conseguimos faturar o que tem cadastro e quando
71 vemos a cobertura de saúde bucal, o Ministério se baseia na equipe que temos cadastrada e as que não estão
72 cadastradas o município arca financeiramente com custeio dessas equipes, já está em processo de cadastramento
73 só que não é rápido. O Conselheiro Sandro explica todo o processo e trâmites para o cadastramento. A Mônica
74 segue mostrando os dados da Produção de Serviços no SUS, Produção de Urgência e Emergência por Grupo de
75 Procedimentos, que seria o Santa Rita, UPA e a emergência do Conde, explica cada item por procedimento. A
76 Conselheira Rose Mary pergunta qual seria os procedimentos com finalidade diagnóstica de 388.77, que é um
77 valor tão irrisório. A Mônica explica que pode ter sido cobrado dois exames ou dois pacientes que internaram
78 para diagnóstico. Procedimentos clínicos. Explica que esse procedimento Ambulatorial é um atendimento nas
79 Unidades de Pronto Atendimento e daí gera internações que vão para a aba de informação hospitalar, essas
80 informações de 9.241 internações foram a partir da urgência e emergência e as outras foram eletivas. Temos
81 161.961 atendimentos a partir da emergência, tivemos procedimentos com finalidade diagnóstica, que são os
82 exames de imagem e de sangue, procedimentos clínicos seriam a própria consulta, cirúrgicos que são as pequenas
83 cirurgias que são feitas a nível de ambulatório como: uma sutura, retirada de um corpo estranho, o anzol que
84 pegou na mão tudo desconta como procedimento cirúrgico ambulatorial; órteses e próteses e materiais especiais
85 são ações complementares. Explica que tem procedimentos que o valor é muito pequeno e que na Atenção
86 Primária não tem valor agregado, aqui é alta complexidade, só que os valores da tabela SUS são baixos e para
87 atenção primária nem tem valor. A Conselheira Rose Mary pergunta onde encontra esses dados. A Mônica
88 mostra o TABNET onde concentra os dados dos grupos de procedimentos, mês, ano, quantidade de internação
89 e o município do estabelecimento Maricá, mas que para fazer o relatório ela usa o sistema DIGISUS. A
90 Conselheira Rose Mary faz uns questionamentos, mas devido ela, a Mônica e Conselheiro Sandro falarem juntos



91 não deu para ter nitidez na gravação para a transcrição em ata. A Monica segue com a apresentação da produção
92 de atenção psicossocial da saúde mental os atendimentos tem o valor bem pouquinho, porque já tem
93 financiamento e a tabela é muito pequena. Mostra a planilha da Produção de Atenção Ambulatorial,
94 Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos e valores; atendimento de Caps, 240 internações feitas
95 no hospital pela saúde mental, a policlínica, ambulatório, CDT e os hospitais como: Ações de promoção e
96 prevenção em saúde, procedimentos com finalidade diagnóstica que são os exames, procedimentos clínicos e
97 cirúrgicos, transplantes de órgãos, tecidos e células, Órteses, Próteses e Materiais Especiais e Ações
98 complementares da atenção à saúde. Próxima planilha é sobre Rede de Serviços SUS que contempla as 28
99 Unidade de Saúde da Família, equipes de Saúde da Família com 30 Equipes de Saúde Bucal, 06 E-Multi, 01
100 Consultório na Rua, 57 Equipes de Saúde da Família e 01 Equipe de Saúde Indígena. Atenção Média e Alta
101 Complexidade que são: ambulatório, Centro Materno Infantil, Hospital Geral que são dois, CAPS AD, CAPS
102 tipo 3, CAPSI, as residências terapêuticas são três, os laboratórios clínicos que são conveniados ao SUS que
103 são dois, laboratório saúde pública que é o Rimolo um, 02 CEOS porque inaugurou Segundo CEO em
104 Itaipuaçu, as bases do SAMU, UPA, CRD que é conveniado ao SUS, Posto de Saúde Santa Rita que é urgência,
105 CDT, CEREST, dois diagnóstico por imagem, três conveniado ao SUS, Melhor em Casa que são três equipes,
106 o Serviço de Reabilitação Domiciliar e o Atendimento Especializado que é o SAE. A Conselheira Rose Mary
107 diz que há sempre um questionamento em relação à verba do CEREST, aonde está alocada essa verba do
108 CEREST? seria na média e alta complexidade, só que ninguém identifica isso na Coordenação de compra,
109 inclusive já questionamos isso, existe uma estrutura, mas ninguém sabe onde está essa verba. A Secretária Geral
110 diz que é uma verba carimbada. O Conselheiro Sandro diz que agora o repasse vem em umas caixinhas, o Gestor
111 brigou em 2006, houve o Plano colocaram a Alta Complexidade e Vigilância em Saúde e tudo vem nessas
112 caixinhas para você achar essas verbas lá dentro, sabe que como essas verbas paga o local onde está o CEREST
113 e material. A Mônica diz que está dentro do sistema MAC, tem a portaria que definiu o investimento, porque
114 o CEREST entra como outros incentivos e o valor é 360 mil. A Conselheira Rose Mary pergunta se esses 360
115 mil é anual. A Mônica responde que sim esse valor é anual e que existem duas contas: de custeio e de
116 investimento que são as emendas de parlamentares, recursos para compra de equipamento, o resto todo desses
117 recursos é da produção, do MAC, CEREST, Saúde Mental tudo é custeio. A Contadora Thais diz que o que o
118 Conselho está pedindo o extrato da conta aonde a verba de Alta e Média Complexidade está alocada. O
119 Conselheiro Sandro diz que quando entra na conta o MAC vem em bloco, antigamente era discriminada.
120 Antigamente não tinha o CEREST tinha como só programa do trabalhador. A Conselheira Denise diz que
121 inclusive o Conselho Estadual fez uma orientação para todas as Secretária que ponham a disposição esse valor
122 para ser utilizado pelo Conselho sim e uma orientação também para que seja usada a verba que CEREST nas
123 Conferências Regionais, isso veio para à Secretaria, diz para o Conselheiro Sandro procurar que encontra esse
124 documento, senão ela pode pedir que repasse novamente para à Secretaria, porque foi no ano passado, que terça-
125 feira, fala com a Rosemary para pedir para repassar essa recomendação, porque veio no ano passado e você não
126 teve acesso, porque tem uma recomendação para que o Conselho tenha o controle dessa verba do CEREST
127 porque não se sabe onde e como é usada, não é só em Maricá; todos os CERESTs têm dificuldades tremendas,
128 não tem acesso e nem dispõem da verba, existe uma preocupação do Conselho para a identificação de onde está
129 verba. A Conselheira Rose Mary diz que basta que façam a classificação contábil correta. A Contadora Thais
130 diz que não é que costumem fazer incorreta, é questão da forma de como está sendo utilizada, é preciso que o
131 Conselho peça extrato, que consiga ter uma visão de forma discriminada e não abrangente. Neste momento
132 todos falam juntos, não havendo condição de entender as falas para as transcrições na ata. O Conselheiro Sandro
133 explica como era antigamente e como é agora os repasses. A Mônica fala abre o sistema Fundo a Fundo, mostra
134 como vem os valores. A Conselheira Rose Mary pergunta se cada conta dessa ela desmembra, e que tem um
135 monte de coisas, como Plano, que tem desmembramento e esse misterioso CEREST, você não o acha; como ela



está dizendo que é 360mil já estão dando esses 7 milhões, o que pedimos é que eles apareçam para que eles possam discriminar. O Conselheiro Sandro mostra na tela a parte de Alta e Média Complexidade em que o CEREST não vem separado, continua a discussão de onde está sublocada a verba do CEREST. A Conselheira Denise diz que isso é muito sério porque temos que dar conta a mais 04 municípios. A Contadora Thais diz que o Conselho não tem acesso ao valor que tinha, pede que a Secretaria encaminhe ao Conselho essa tabela para que tenha algo oficial o valor do repasse do CEREST. Diz que o Conselho não teve disponibilizada essa informação, mas é só pegar e encaminhar para o Conselho. A Conselheira Denise lembra que nas reuniões do Fórum da Metro II sempre é questionado sobre essa verba para os 05 municípios. A Mônica retorna à apresentação com Auditorias Realizadas: Auditoria/Fiscalização nº 023/2022, originou o Processo TCE/RJ nº 231.465-7/22, objeto da Auditoria Governamental de Conformidade: Verificar a legalidade da execução do Contrato de Gestão nº 018/2020, celebrado entre o município de Maricá, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, e a Organização Social Instituto GNOSIS. Diz que até dezembro o Tribunal de Contas tinha proferido nova decisão os autos do processo na qual manteve a tutela provisória anteriormente concedida, com modificação de seus termos em razão da celebração do terceiro aditivo do contrato de Gestão nº 18/2020. A Corte de Contas, também determinou a adoção de medidas pela Secretaria Municipal de Saúde, às quais já foram prontamente atendidas. Até o presente momento não há decisão definitiva de mérito nos autos do referido processo. Esse outro é em relação a OS, mas é a estrutura que a Secretaria criou para fazer o acompanhamento e o controle da execução desses contratos e a CAD e a CAF para fiscalização. Auditoria TCE/RJ Nº 179/2022, originou o Processo TCE/RJ nº 204.353-9/22, objeto da Auditoria: Verificar a regularidade da gestão de pessoal das instituições do terceiro setor prestadoras de serviço de saúde para o município, bem como da estrutura municipal criada e organizada para o efetivo controle e fiscalização dos contratos firmados. O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão nos autos do Processo TCE/RJ n. 204.353-9/2022 determinando a adoção de medidas, as quais já se encontram com as providências adotadas para a sua implementação pela Secretaria Municipal de Saúde. Indicadores de Saúde com sua atuação e valores pactuados: cobertura da saúde bucal da atenção básica, cobertura de equipe de saúde bucal 50, alcançou 51,4. Lembrando que não tem ainda as 30 equipes. A Conselheira Denise diz que esses dados é desde de maio e a Atenção Básica está caótica e ainda diz que alcançou 100%. A Mônica responde que esse cálculo é do Ministério. A Conselheira Denise diz que no Estado falaram sobre isso, não existe cálculo do Estado e nem do Ministério é o que o município passa para o Estado e para o Ministério, é um Ministério que determina o cálculo. A Conselheira Denise diz que fica chocada que a Atenção Básica em Maricá, está caótica há anos. A Conselheira Rose Mary fala dos dados entre o RAG e o RDQA. Conselheiro Sandro diz que o RAG é dado de procedimentos e o RQDA é financeiro. A Mônica mostra a comparação entre os sistemas questionados pela Conselheira Rose Mary. O Conselheiro Sandro diz que inclusive o Conselho tem acesso ao sistema. A Conselheira Rose Mary diz que ela não tem, particularmente inclusive, queria ter acesso a esse sistema para poder fazer uma análise correta, porque chega para ela e tem que ficar buscando nas bases de dados, como ela aqui no caso mostrou rapidamente, mas ela mesmo teve dificuldade, mesmo porque o sistema é alimentado por pessoas. A Conselheira Denise diz que para quem não é técnico é uma dor de cabeça, fica olhando parece um ovo, se tem alguém que me ajuda a entender, só tenho gratidão, porque precisa entender porque senão você está fazendo papel de quê? A Conselheira Rose Mary diz que não basta ficarmos aqui só olhando uma coisa é pactuação e qual o passo seguinte? A Mônica mostra os indicadores de saúde, que usamos os indicadores que são pactuados e essa pactuação é do ano passado, explica que tem indicador que é passível de apuração quadrimestral e tem indicador que só conseguimos avaliar anual, então precisa mostrar um indicador que não consegue avaliar, segue explicando sobre os indicadores. Diz que no relatório anual, conseguimos colocar todos os indicadores que não foram alcançados, os que foram alcançados foram avançados não precisa ser justificado, então o que foi alcançado cada área técnica justifica o porquê, tanto na Programação Anual de Saúde, quanto na própria pactuação e colocamos as justificativas de cada um deles. A



181 Conselheira Rose Mary pergunta pelo prazo de envio e por exemplo esse chegou ontem para nós e a apresentação
182 está sendo feita hoje e ele foi enviado ontem. A Conselheira Denise diz que a Promotora condenou isso
183 severamente, e que o Conselheiro tenha acesso no prazo mínimo de 15 dias para ter tempo para trabalhar, mas
184 estava falando que pegar e avaliar, por isso que é bom essa conversa para podermos perguntar e entender, porque
185 não adianta fazermos uma avaliação daquilo que não entendem. A Mônica continua a apresentação com os
186 números absolutos de óbitos maternos, não teve, proporção de óbitos maternos investigados, não teve, proporção
187 de parto normal, na Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais Vinculados À Saúde, mostra
188 as receitas dos impostos e as transferências que passam pelo somatório para calcularmos os 15% de aplicação
189 mínima, que são os Imposto de IPTU, Imposto de Renda, ITBI, INSS e as transferências da União, cota parte,
190 fundo de participação, Transferências do Estado, cota parte do ICMS, cota parte do IPVA, Cota-Parte IPI -
191 Exportação e a compensação financeira do ICMS. Receita de Royalties Vinculados a Ações de Serviços Públicos
192 de Saúde-Aspas Lei 12.858/2013, diz que são os esses recursos e aqui em cima disso a gente faz o cálculo para
193 calcular os riscos. Tá aplicado em saúde aí. Aqui tem os royalties são 25%, temos o valor que recebeu e em cima
194 desses 312 milhões, fazemos o cálculo do 25%. A Conselheira Denise pergunta como é que pesquisamos de
195 onde foram gastos esse 32 milhões. A Mônica responde que é no relatório que o Luiz Fernando manda nas
196 despesas. Receita de Transferências de Outras Esferas de Governo para Saúde, vem receita de transferência e
197 tudo o que vem do Ministério e do Estado, Atenção Primária, Média e Alta Complexidade, Vigilância, Farmácia,
198 Enfrentamento de Covid-19 e transferência do SUS para investimentos que são as emendas parlamentares, as
199 transferências do Estado e outras transferências e remuneração de aplicação de depósito. Despesas em Ações e
200 Serviços Públicos de Saúde, Conforme Lei 12.858/2013 (recursos dos Royalties), vem que que foi pago, está
201 bem próximo do empenhado. A Conselheira Rose Mary diz que foi enviado provisório foi identificado
202 inconsistências em valores tanto na despesa com de receita entre o RDQA e os balancete porque tem um
203 balancete que foi e não estão batendo, se depois você der uma olhada por favor, porque está pequenininho os
204 valores. A Mônica diz que quem faz essa parte é o Luiz Fernando, continua apresentando as despesas que foram
205 gastos com ação de serviço público de saúde, com Recursos dos Royalties. A Conselheira Denise diz que o
206 problema do Conselheiro usuário é que ficamos vendo falar em milhão e sabemos da necessidade sofrimento
207 que o povo está enfrentando, então dá uma angústia muito grande porque tem tanto dos Royalties, tem verba
208 do Governo Federal e do Estado porque que há tanta carência ainda na cidade, que o único elogio que tem nessa
209 cidade é a ortopedia que é o melhor, até que se estiverem em de outros municípios e no Estado, a ortopedia em
210 Maricá, estavam comentando sobre isso outro dia no Estado sobre ortopedia, Maricá, sempre foi top nesse
211 aspecto, Cirurgias são rápidas, mas têm outras necessidades como ressonância, raio-x, a pessoa leva de seis
212 meses a um ano para conseguir um raio x, que esperou um ano e meio para fazer uma mamografia, não entende
213 essas discrepâncias, Oncologia tem um camarada com um Câncer na garganta há três meses que não teve a
214 primeira consulta oncológica em Maricá. O Conselheiro Sandro diz que isso não é um problema de hoje. A
215 Conselheira Denise diz que não é só Oncologia, também de Neurologia, mas tem que ter solução porque não
216 pode ter abandono. A Mônica retorna à apresentação dos Cálculo das Despesas Próprias em Ações e Serviços
217 Públicos de Saúde, Conforme Lei Complementar 141/2012 (recursos próprios municipais), que são as despesas
218 próprias em ação e serviço público de saúde com os recursos municipais; valor total aplicado. A Conselheira
219 Rose Mary pergunta sobre os recursos próprios e dos Royalties e tem as despesas dos recursos próprios, no caso
220 a porcentagem 15% dos dois? A Contadora Thais explica as utilizações e aplicações dos recursos e dos
221 Royalties. A Secretária Geral diz as pessoas confundem quanto veem aos Royalties com um valor astronômico,
222 mas não entendeu que esse valor não é aplicado totalmente na saúde. Desse valor somente um percentual é
223 destinado a saúde. A Conselheira Denise diz que a Promotora chamou financeiro há pouco tempo atrás para
224 explicar a aplicação dos Royalties e foi uma batalha para eles, tiveram que mostrar por A + B e ela estudou tudo
225 e eles conseguiram explicar aquele anjo do Luís Fernando. O Conselheiro Sandro explica que depois da lei dos



Royalties hoje não tem escolha tem que aplicar, porque entra no pacote dos 15% obrigatório de aplicação. A Conselheira Denise diz que tem como fugir, tem que explicar tostão por tostão por isso que vai. A Conselheira Rose Mary diz que tem uma diferença entre que foi empenhado e foi o que foi pago. Essa é uma diferença de quase 135.000 seria os restos a pagar? Pergunta onde está aparecendo no RQDA? A Mônica mostra onde a planilha do empenhado e onde foi pago, que na parte do pagamento está igual. A Contadora Thais diz que só aparece em restos a pagar quando mudou o exercício, segue explicando as diferenças. O Conselheiro Sandro diz que essa diferença do que não foi pego no ano passado, só aparece no próximo RDQA do primeiro quadrimestre que é de janeiro a abril, o que está apresentando é o RQDA do 3º quadrimestre de 2024. Segue a discussão sobre o assunto e todos falam juntos sem possibilidade de transcrição. A Mônica finaliza apresentando o demonstrativo do cumprimento referente ao valor mínimo aplicado em ações e serviços públicos de saúde, conforme emenda constitucional 29/2000 (Recursos Próprios Municipais). A Secretária Geral agradece a todos pela presença, encerra a reunião às 15:40h. (quinze horas e quarenta minutos) eu, Laudeci Costa, Secretária Executiva, lavrei a presente ata, que foi revisada pela Secretária Geral Anna Maria de Carvalho Quintanilha que, por expressar a verdade, dato e assinada juntamente aos Conselheiros presentes, Maricá, 21 de fevereiro de 2025.
XX

Anna Maria de Carvalho Quintanilha
Usuária: Ass. de Mor. e Amigos do Bairro Santa Paula
Secretária Geral

Laudeci Costa
Secretária Executiva

Sandro dos Santos Ronquetti
Gestor – Sec. de Saúde

Denise Marchon Tinoco
Usuária - Ass. de Morad. E Amigos do Recanto de
Itaipuaçu - 4º Distrito

Rose Mary de Melo Bruce
Usuário – Ass. de Mord.de Cordeirinho 2º Distrito